



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

#### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019

(Dos Srs. Erika Kokay; Bohn Gass; Rogério Correia; Leonardo Monteiro; Vicentinho; Nilto Tatto; Carlos Veras; e Nelson Pellegrino)

Requer a convocação do Ministro da Economia para prestar esclarecimentos sobre a privatização de áreas rentáveis e estratégicas da Caixa Econômica Federal, a exemplo das Loterias; a retirada da instituição do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); a redução do quadro de empregados da Caixa, por meio do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) e a não convocação dos aprovados no concurso; a manobra contábil para cobrir perdas esperadas com calotes na carteira de financiamento imobiliário; a desvalorização de imóveis retomados em operações administrativas; a nomeação de personal trainer para o cargo de consultor; e a contratação para a vice-presidência de Recursos de Terceiros de uma profissional sem as certificações técnicas para atuar na Comissão de Valores Imobiliários (CVM); dentre outros tema correlatos.

Senhora Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno, que seja automaticamente convocado o **Sr. PAULO GUEDES, Ministro de Estado da Economia**, a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre a privatização de áreas rentáveis e estratégicas da Caixa Econômica Federal, a exemplo das Loterias; a retirada da instituição do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); a redução do quadro de empregados da Caixa, por meio do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) e a não convocação dos aprovados no concurso; a manobra contábil para cobrir perdas esperadas com calotes na carteira de financiamento imobiliário; a desvalorização de imóveis retomados em operações administrativas; a nomeação de personal trainer para o cargo de consultor; e a contratação para a vice-presidência de Recursos de Terceiros de uma profissional sem as certificações técnicas para atuar na Comissão de Valores Imobiliários (CVM); dentre outros tema correlatos.

**JUSTIFICAÇÃO**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Descumprindo de forma injustificada o acordo estabelecido no Colegiado da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e referendado pela base do governo e equipe econômica, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, negou-se a comparecer no dia 09 de julho à audiência pública na referida comissão. O gestor iria debater com parlamentares, entidades, representantes da sociedade civil e empregados da Caixa algumas medidas da sua gestão que tendem ao enfraquecimento do banco e do seu papel no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A ausência do convidado ao debate na data que fora previamente ofertada pela própria assessoria da Caixa, representa inominável desrespeito aos membros da CTASP e a todo o Parlamento brasileiro. Por sugestão do próprio governo, Requerimento de convocação do atual ministro da Economia, apresentado inicialmente no colegiado, foi transformado em convite. No lugar do ministro, o acordo previa a vinda do presidente da Caixa, a quem coube sugerir a data de 9 de julho para a audiência pública.

Assim, faz-se necessário resgatar a fundamentação que deu origem ao Requerimento de convocação do ministro da Economia.

Conforme noticiado pelos meios de comunicação, o governo planeja realizar o leilão da Lotex no próximo dia 26 de abril. A Caixa Econômica Federal, como se sabe, é o único banco 100% do Brasil com agências espalhadas de norte a sul do país.

Em 2017, as loterias da Caixa arrecadaram quase R\$ 13,9 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 5,4 bilhões foram transferidos aos programas sociais do Governo Federal relacionados à seguridade social, à educação (Fundo de Financiamento Estudantil- Fies), ao esporte (Ministério do Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paralímpico Brasileiro e clubes de futebol), à cultura (Fundo Nacional da Cultura), à segurança (Fundo Penitenciário Nacional) e à saúde (Fundo Nacional de Saúde), o que corresponde a 37,1% do total arrecadado. Caso a Loteria Instantânea seja privatizada, o repasse social deverá ser rebaixado para 16,7%.

Em 2018, o Fies recebeu R\$ 730 milhões para financiamento de cursos superiores para estudantes, principalmente de famílias de baixa renda. Já para o Fundo Nacional de Cultura os repasses foram de aproximadamente R\$ 387 milhões.

Também no rol de ações que visam o desmonte do banco, a presidência da Caixa prepara provisão extraordinária de até R\$ 7 bilhões para possíveis perdas com calotes no financiamento imobiliário e com a desvalorização de imóveis que foram retomados pelo banco. A manobra contábil objetiva o desmonte acelerado da instituição com vistas a torná-la fraca e deficitária, para pavimentar o caminho da privatização de setores estratégicos da instituição, deixando cada vez mais distante a perspectiva de uma empresa pública sintonizada com os desafios sociais.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Recentemente, e nessa mesma linha, a Caixa perdeu a vaga no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O governo editou o decreto nº 9.737/19, que muda a composição do Conselho. Assim, a empresa, que é a gestora de um dos maiores fundos de investimento social do mundo, passará ter apenas a função de prestar “suporte técnico” ao referido colegiado. Publicado no dia 26 de março no Diário Oficial da União, o decreto também reduz pela metade o número de representantes dos trabalhadores e dos empregadores, de seis para apenas três representantes cada.

Destaque-se, ainda, que o banco nomeou como consultor da Presidência o educador físico Cleyton Carregari, o qual não possui nenhum vínculo com o banco. Os bancários da Caixa, indubitavelmente, possuem qualificação acima da média do mercado, o que reforça que indicações político-partidárias como essa não se justificam.

Por fim, a presidência da Caixa contratou Thaís Peters para a vice-presidência da Caixa de Recursos de Terceiros, a qual não possui as certificações necessárias para atuar no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nem mesmo a certificação de Gestores junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e Comissão de Valores Mobiliários (ANBIMA). A ação levou a CVM a abrir um processo de descadastramento do banco como gestor de ativos de terceiros. O valor que a Caixa deixará de gerir é da ordem de R\$ 600 bilhões.

Face ao exposto, faz-se necessário o comparecimento do ministro PAULO GUEDES perante esta Comissão a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre os fatos em comento, iniciativa para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares deste Colegiado.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Dep. **ERIKA KOKAY – PT/DF**

Dep. **BOHN GASS - PT/RS**

Dep. **ROGÉRIO CORREIA - PT/MG**

Dep. **LEONARDO MONTEIRO- PT/MG**

Dep. **VICENTINHO - PT/SP**

Dep. **NILTO TATTO - PT/SP**

Dep. **CARLOS VERAS PT/PE**

Dep. **NELSON PELLEGRINO - PT/BA**